

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais Iepha/MG – 40 anos



Palácio da Liberdade, antiga sede do governo mineiro, foi o primeiro bem tombado pelo Iepha, em 1975



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



Confira na página 08

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), vinculado ao Sistema Estadual de Cultura, foi um dos primeiros órgãos estaduais voltados para a preservação do patrimônio cultural a ser implantado no país. A instituição sempre se destacou pela qualidade técnica e científica de seus trabalhos, pelo aprimoramento constante de suas metodologias e pela adoção de uma política descentralizada e de parceria com os municípios.

Criado em 30 de setembro de 1971, o Iepha chega os 40 anos mantendo a tradição, os valores e o espírito dos primeiros trabalhos desenvolvidos em prol da conservação, restauração, proteção e promoção dos bens culturais.

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...



Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Parabéns Iepha

O Iepha chega aos seus quarenta anos! Sendo um dos primeiros órgãos estaduais voltados para a preservação do patrimônio cultural e artístico, sempre se destacou pela qualidade técnica e científica de seus trabalhos, pelo aprimoramento constante de suas metodologias e pela adoção de uma política descentralizada e de co-participação com os municípios mineiros. O Instituto tem muita história para ser contada/relembrada e ainda muita a ser escrita.

Pelo trabalho dos seus técnicos e de seu corpo administrativo, Minas se descortinou, ao longo dessas quatro décadas, em seus quadros mais belos e significativos. Exatamente o que faz Minas Gerais ser Minas Gerais: o queijo do Serro, as igrejas, os casarões, os monumentos, as festividades que se realizam em cada canto do seu território...

Em sua maturidade, o Iepha, apesar da bela trajetória, tem diversas carências de recursos. Minas, celeiro a céu aberto de arte e cultura, pela sua dimensão territorial e sua riqueza patrimonial, requer diversas intervenções, quais sejam de restauro, tombamento, registro, divulgação e educação para as questões relacionadas ao patrimônio, entre tantas outras. Minas merece isso!

Diante de tanto a se fazer, apenas os esforços hercúleos de nossa equipe não bastam. É preciso engajamento da sociedade como um todo, vontade política, conhecimento e disposição. Na nossa gestão, acreditamos – e temos apostado – no incremento do trabalho de educação patrimonial e de formação de gestores do patrimônio, num processo permanente, no qual a comunidade assume seu papel de guardião do patrimônio. Sempre presente ao longo desses 40 anos, a educação patrimonial é o ponto de partida, visto que é uma das principais ferramentas para a formação de cidadãos compromissados com a proteção do nosso patrimônio.

Meus sinceros agradecimentos ao corpo técnico do Iepha que, nestas quatro décadas, vem se dispondo e se dedicando com verdadeira paixão à causa do patrimônio. Vejo o empenho de cada um na busca incansável de superar obstáculos para que nossos bens culturais tenham a atenção que necessitam.

Parabéns Iepha, desejo em nome da direção que, por meio da sua existência, Minas se fortaleça diante de seu povo, do Brasil e do mundo. Desejo que seus funcionários se realizem sempre em todas as suas frentes de trabalho e sejam felizes ao perceberem cada resultado positivo diante de seus incansáveis esforços.

Fernando Viana Cabral
Presidente

Peça Recuperada



Divulgação

Nesta edição comemorativa dos 40 anos do Iepha dedicamos este espaço a uma das peças recuperadas com procedência desconhecida, na tentativa de, com sua divulgação, tornar possível a identificação de seu local de origem.

A imagem de São Miguel, do século 19, é feita em madeira policromada, com douramento. Suas medidas são: 107 cm de altura, 90 cm de largura e 33 cm de profundidade. Acompanha uma balança de prata, com 4 cm de diâmetro.

Sua apreensão foi feita pela Polícia Federal em São Paulo, em agosto de 2003.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antonio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maia Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Ângela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclato 90g/m² - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Depoimentos

Gil Leonardo Secom/MG



| Trabalho de excelência

“Parabéns ao Iepha pelos 40 anos de existência, período em que vem cumprindo bravamente a sua missão de cuidar do nosso patrimônio cultural por meio da preservação, valorização e respeito à diversidade cultural de Minas Gerais. Essas ações culminaram na consolidação de sua identidade como órgão de referência do setor, sendo reconhecido pela excelência dos serviços prestados.

É com satisfação que testemunhamos as novas perspectivas que se abrem ao Iepha ao completar 40 anos. Seu compromisso com a preservação garantiu a criação do 'Minas Patrimônio Vivo', um dos mais completos programas de proteção e salvaguarda de bens culturais do Estado, lançado pelo Governo de Minas recentemente.

Também a realização da terceira edição da 'Jornada Mineira do Patrimônio Cultural' e o lançamento do 'Iepha Discute' são ações que buscam valorizar, ainda mais, o patrimônio cultural, além de garantir a continuidade e a diversidade de manifestações culturais regionais.

Vida longa ao Iepha e à sua nobre missão de preservar os bens culturais que pertencem a todos nós”.

Eliane Parreiras
Secretária de Estado de Cultura

Nossa missão é garantir à sociedade a acessibilidade e a fruição do patrimônio cultural, por meio da preservação, valorizando e respeitando a diversidade cultural de Minas Gerais.



Omar Freire Imprensa MG

| Passado mais que perfeito

“O homem se torna agente da história, ao refletir sobre o passado, aprimorar suas relações no presente e vislumbrar um futuro. Nada é mais importante para que esse ciclo virtuoso se complete do que a preservação dos bens materiais e imateriais produzidos pelo ser humano em sua caminhada pelo tempo e o espaço.

A exaustão do Ciclo do Ouro transformou Minas num estado rural, com a agricultura e a pecuária se tornando as molas propulsoras da economia. Mas, ao mesmo tempo, seu povo procurou preservar vivas, em suas cidades setecentistas, as imagens de um período em que a riqueza extraída de suas entranhas era utilizada também em suas igrejas, seus casarios, na formação intelectual.

Ao comemorar os 40 anos de fundação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), seus colaboradores têm a certeza do que produziram. Especialmente têm a consciência de que o caminho a percorrer não cessa, é permanente. São quatro décadas de duração para conservar séculos de história. Um verdadeiro patrimônio.

Cada ator da preservação da memória de seu povo sabe quão difícil é implantar a consciência conservacionista, principalmente quando o mundo vai aos saltos se transformando e revendo seus valores. Mas, os valores arraigados na alma das pessoas, se não são imutáveis, também não se tornam destrutíveis.

Minas tem muito a contar e a dar como exemplo. O mineiro, com sua singularidade, tem contribuído enormemente para que, reverenciando o passado, aprimorando as experiências e sem perder de vista a modernidade e a funcionalidade do futuro, seja construída uma nação mais igual, livre, com mais oportunidade para todos e todas.

Ao Iepha e seu corpo técnico cabe papel importante na condução do projeto de conservação dos bens materiais e imateriais de Minas Gerais. Quando outros 40 anos forem completados, aqueles que nos estiverem sucedendo certamente se espelharão nos exemplos de hoje, para suas ações futuras. Nada é passado; ou melhor, podemos afirmar que o passado, neste caso, é mais do que perfeito. É um presente para o futuro”.

A toda a equipe do Instituto meus cumprimentos pelo dedicado e competente trabalho realizado!

Antonio Augusto Anastasia
Governador de Minas Gerais

Depoimentos



Fotos: Divulgação

"É com a indelével marca de guardião da cultura que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG – completa 40 anos. O resultado está nas ruas, praças, museus e na preservação de valioso acervo cultural disponibilizado a pesquisadores, turistas e sociedade.

A identidade de um povo pode ser observada na diversidade cultural e no seu patrimônio histórico. O passado do Estado fez e faz das Alterosas importante acervo cultural a céu aberto. Na arquitetura, por exemplo, basta um passeio pela Grande Belo Horizonte, para se deparar com traços genuínos, que vão do colonial ao neoclássico. Sem falar em outros tantos estilos... O belo mosaico plantado e conservado em nossas cidades exprime influências culturais, costumes, origens e valores de nossa gente. O Iepha/MG é corresponsável por esse bem de consumo da coletividade.

A classe empresarial, em especial do segmento do comércio de bens, serviços e turismo, parabeniza o Governo do Estado, a Secretaria de Estado de Cultura, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep – e, especialmente, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pelo valioso trabalho realizado".

Lázaro Luiz Gonzaga

Presidente do Sistema Fecomércio Minas/Sesc/Senac e Sindicatos



"No âmbito do serviço público existem instituições necessárias – e também aquelas que são absolutamente indispensáveis. É nessa categoria que incluo o Iepha, que, desde sua criação, há 40 anos, zela com dedicação e competência pelo patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais, resgatando-o, preservando-o e o colocando à disposição da contemplação e uso do povo mineiro.

Na verdade, ao longo de sua história, inúmeras vezes o Sistema Fiemg associou-se ao Iepha em parcerias destinadas a preservar e valorizar o patrimônio cultural do estado. A mais recente, por meio do Sesi/MG, é a assinatura de um termo de cooperação técnica para avaliar as condições de conservação de exemplares significativos da memória de Minas Gerais: os imóveis que abrigam a Igreja N. Sra. da Conceição, em Matias Cardoso, e o Hospital Cassiano Campolina, em Entre Rios de Minas. O objetivo é a elaboração de projetos para enquadramento na Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet. Será, tenho certeza, mais uma empreitada bem sucedida".

Olavo Machado Júnior

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg



"Nos últimos 40 anos, é visível o amadurecimento e a consolidação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), não só no estado, mas no país, como instituição referência, na promoção, execução e valorização do patrimônio cultural mineiro, que propiciam atitudes de compromisso e responsabilidade com a população e seus bens protegidos.

É um privilégio do Iphan ter essa instituição como parceira no compromisso e dedicação com o patrimônio cultural. Destacamos essa parceria em recente seminário realizado em conjunto para coroar um trabalho que deve ser colaborativo, amplificando as atuações institucionais presentes nas cidades de Minas Gerais".

Leonardo Barreto de Oliveira

Superintendente do Iphan em Minas Gerais



"Os trabalhos de conhecimento, proteção e preservação do patrimônio cultural mineiro realizados pelo Iepha, ao longo desses seus 40 anos de história, colocam-no entre as mais importantes e tradicionais instituições brasileiras de salvaguarda de nossas riquezas culturais.

As comemorações de suas quatro décadas de existência coincidem com um momento importante da história da instituição, quando uma nova e promissora gestão, capitaneada pelo dr. Fernando Cabral, procura resgatar o papel de protagonismo do Iepha no cenário das ações de preservação do patrimônio cultural, balizadas por conceitos indispensáveis à boa e eficiente gestão da coisa pública nos tempos de hoje, tais como: parcerias, planejamento, inovação e capacitação.

A Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais parabeniza o Iepha por essa data especial e agradece pela parceria nas inúmeras atividades já desenvolvidas em conjunto".

Marcos Paulo de Souza Miranda

Promotor de Justiça, Coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais



"Se nosso patrimônio cultural tem sido resgatado e preservado em todo o Estado é graças à atuação do Iepha, principalmente com o ICMS Cultural, que permite a difusão e a interiorização das políticas públicas preservacionistas e a crescente participação dos municípios. Vale ressaltar a atuação participativa do setor cultural por meio dos Conselhos de Patrimônio, sementes que florescem e frutificarão ainda muito no futuro.

O Iepha tem, nos últimos 15 anos, implementado ações que promoveram a interiorização de políticas públicas que antes só se encontravam nos grandes centros. Fomentar a preservação do patrimônio imaterial, resgatar manifestações e identidades locais, estimular os municípios a implantarem as suas próprias políticas é o passo a passo necessário para que compreendam a importância da preservação de seu patrimônio cultural para seu próprio desenvolvimento. Um caminho que deve continuar a ser trilhado e ampliado nos próximos 40 anos".

Virgínia Dolabela de Lima

Diretora-presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Sacramento e presidente do Conselho de Patrimônio Cultural de Sacramento

Obras de restauração atendem a diversos municípios



Antigo Prédio do Bemge (actual UAI), na Praça Sete, em Belo Horizonte

Ao longo de seus 40 anos, o Iepha foi responsável pela restauração e conservação de diversos bens de interesse cultural, sejam eles móveis, imóveis ou elementos artísticos. Destacamos aqui algumas das obras realizadas nos últimos anos.

Serro – Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos: Foram nove meses de obras, com supervisão do Iepha, com objetivo de recuperar a estrutura da construção – do final do século 18 –, substituindo peças corroídas e fortalecendo fundação, piso, forro e telhado. Um minucioso trabalho garantiu a revitalização dos elementos artísticos. A igreja também recebeu segurança extra com a instalação de pára-raios e sistemas de alarme e de drenagem.

Minas Novas – Igreja N. Sra. do Amparo: As obras garantiram a recuperação do madeiramento, dos arcos laterais e do adro, além da estabilização completa da infra-estrutura e da recuperação dos elementos artísticos com entalhes, imagens e pinturas decorativas. Os trabalhos, feitos com recursos do Iepha, duraram um ano e meio.

BH – Antiga sede do Banco do Estado de Minas Gerais Bemge (actual UAI): A edificação passou por completo trabalho de restauração e adaptação, sob comando do Iepha, para receber a Unidade de Atendimento Integrado. A cobertura foi totalmente recuperada e a parte central do telhado recebeu uma lanternin de vidro. Os diversos ambientes do prédio foram restaurados, com destaque para os painéis, os pisos em *parquet*, os relevos em gesso e as portas externas, originais de 1921.

Escola Estadual Pedro II: As obras de restauração duraram mais de dois anos, a partir do projeto do arquiteto Aldo Grossi, aprovado pelo Iepha. Além de reparar trincas, rachaduras e pichações, a obra incluiu a instalação de equipamentos adaptados para portadores de necessidades especiais.

Circuito Cultural Praça da Liberdade: Projeto estruturador do Governo do Estado, o Circuito transforma o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade no maior espaço integrado de cultura do país. Cabe ao Iepha acompanhar a elaboração dos projetos e das obras. Outro destaque foi a recuperação das

fontes da Praça da Liberdade, que pôde ser acompanhada pela população da capital e turistas. A intervenção nas peças em mármore de carrara incluiu limpeza e retirada de musgos, microvegetais e lodo, além de reparos emergenciais.

Berilo – Casarão do Inconfidente Domingos Abreu Vieira: Remanescente mais representativo do período colonial de Berilo, corria sério risco de arruinamento por causa de problemas estruturais e desprendimento do revestimento da alvenaria de adobe. As obras, divididas em duas etapas, duraram mais de dois anos. Está prevista uma terceira etapa, para recuperação de elementos artísticos.

Pitangui – Centro Histórico: Resultado da união entre Iepha, prefeitura, Conselho Municipal de Patrimônio, Ministério Público e comunidade, casarões antes marcados pelo abandono e com risco de arruinamento, hoje são destaque na paisagem da histórica cidade mineira.

Capela de São Francisco: Fechada por quase dez anos, a edificação passou por ampla restauração, incluindo a recuperação de toda a estrutura interna, remoção e substituição de todo o reboco interno e externo; revisão de engradamento do telhado; recomposição do ladrilho da nave; recuperação dos pisos do coro, do camarim e de seu acesso; instalação de alarme de incêndio, entre outras medidas.

Caxambu – Balneário Hidroterápico do Parque das Águas Lisandro Carneiro: Passou por uma reforma completa (a primeira em sua história) e um cuidadoso restauro de todo o seu patrimônio arquitetônico. O Iepha foi responsável pela aprovação do projeto e acompanhamento de todo o trabalho.

Congonhas do Campo (Alto Maranhão) – Igreja Nossa Senhora da Ajuda: A edificação já passou por duas etapas de obras. Na primeira foi feita a recuperação estrutural e de cobertura e, na segunda, foram restaurados elementos artísticos.

Piranga – Capela N. Sra. do Rosário: O exemplar típico da arquitetura religiosa do município passou por intensa recuperação. O trabalho incluiu restauração arquitetônica, execução de instalações elétricas, instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico, entre outras medidas.

Congonhas do Norte – Igreja Matriz de N. Sra. de Santana: Única igreja da cidade e uma das mais ricas, em termos de talha e pinturas, da região do Circuito do Diamante, a matriz teve restaurados o teto, os painéis laterais, as paredes da capela-mor, o arco cruzeiro e o altar-mor.

Programa de Restauração de Acervos: Em 2010, dez imagens, oriundas de nove municípios diferentes, foram restauradas no ateliê do Iepha: São Benedito e N. Sra. do Rosário, de Berilo; Senhor dos Passos, de Campanha; São José de Botas, de Campo Belo; Senhor Bom Jesus, de Córrego do Bom Jesus; Santana Mestra, de Couto de Magalhães de Minas; N. Sra. do Rosário, de Itapetecica; São Pedro, de Minas Novas; N. Sra. do Rosário, de Chapada do Norte, e Senhor dos Passos, de Santos Dumont.

Política de preservação ao longo dos 40 anos



Acervo Iphan/MG

⚡ No alto, as primeiras sedes do Iphan (casa na R. da Bahia, 2277, e antigo Senadinho, na Av. João Pinheiro, 342, à direita prédio na R. Inconfidentes, 871). Acima, prédio da R. Timbiras, 1754 (à esquerda), e a atual sede, na Praça da Liberdade.

Minas Gerais possui um dos maiores e mais significativos acervos do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Em seu território, situam-se perto de 60% dos bens culturais do país, o que torna ainda mais desafiadora a tarefa do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).

A criação do Instituto, em 1971, se deu a partir da determinação do Governo Federal de criar nos estados e municípios estruturas que ampliassem e dessem condições operacionais à atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan (atual Iphan). Essa determinação foi registrada pelo chamado “Compromisso de Brasília”, assinado, em 1970, pelo ministro Jarbas Passarinho e por governadores ou representantes de 22 estados.

Coube ao então governador Rondon Pacheco determinar as providências para criação em Minas do órgão estadual de patrimônio histórico e artístico. Um grupo de pioneiros na preservação do patrimônio cultural mineiro foi responsável pelos primeiros passos do Iepha: o advogado Abílio Machado, o poeta e ensaísta

Affonso Ávila, o arquiteto Luciano Amedée Péret e o restaurador Jair Afonso Inácio. Pela Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, nasceu o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – entidade autônoma, sob forma de fundação, que passou a se reger pelo Estatuto integrante do Decreto nº 14.374, de 10 de março de 1972.

Em seu período inicial, em razão dos recursos limitados e de uma estrutura ainda em formação, o Instituto teve atuação tímida, tendo em vista as necessidades do enorme acervo do estado. Ainda assim, foram realizados trabalhos de importância na área de restauração, como a da Casa de Guimarães Rosa, em Cordisburgo, onde se instalou um museu consagrado à vida e obra do escritor mineiro, e a do antigo Senado Estadual, em Belo Horizonte, prédio onde está instalado o Museu Mineiro. Entre os bens adquiridos na época estão a Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, a casa de Alphonsus de Guimarães, em Mariana, e a Chácara do Barão, no Serro.

Nesses primeiros anos, foram realizados 29 tombamentos, com prioridade para Belo Horizonte, a começar pelo Palácio da Liberdade, então ameaçado de ser substituído por uma edificação moderna, com projeto assinado por Oscar Niemeyer.

A partir de 1979, o Iepha passou por uma fase de grande produtividade e eficiência. No período, o instituto executou dois ambiciosos programas de obras: o POU – Programa de Obras Urgentes – e o PCH – Programa de Cidades Históricas –, ambos com recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Tesouro do Estado e da iniciativa privada. Na proteção dos bens culturais introduziu, além do tombamento, o instrumento do Inventário.

No ano de 1985, iniciado com a mudança na lei de criação do Iepha e com uma reforma de seu Estatuto, a política de tombamentos voltou-se para o Vale do São Francisco e Vale do Jequitinhonha –, suprimindo uma lacuna importante não coberta pelo Iphan. Foram tombadas as igrejas de Santo Antônio, a Matriz São Francisco de Assis, a Matriz Nossa Senhora Aparecida e a Capela do Senhor dos Passos, em Conceição do Mato Dentro, o Vapor Benjamim Guimarães e a Ponte Marechal Hermes, ligando Buritizeiro a Pirapora, entre outros.

A partir de 1989, houve um volume considerável de obras, como a restauração do prédio da Secretaria de Educação, de diversas pinturas no Palácio da Liberdade, Fazenda Boa Esperança, Matriz de Catas Altas e Caraça, além da homologação de vários processos de tombamento. A gestão seguinte privilegiou o princípio da municipalização, materializado pela Constituição Estadual de 1989. A diretriz do instituto foi a de assumir uma postura cada vez mais normativa e de assessoria, reduzindo sua atuação direta em obras e projetos, buscando parcerias com as prefeituras e profissionais do mercado.

O ano de 1996 foi marcado pela crescente preocupação dos municípios com a preservação do patrimônio local, impulsionada, principalmente, pela Lei nº 12.040/95 (Lei Robin Hood), que destina recursos do ICMS aos municípios que preservam seu patrimônio cultural, ficando o Iepha/MG responsável pela elaboração e análise dos critérios para o repasse dos recursos, além de prestar assessoria aos municípios mineiros para que, juntos, estabeleçam e implantem uma política de preservação do patrimônio cultural adequada às características de cada comunidade.

O número de municípios participantes cresceu mais de 500% desde a instituição do ICMS Patrimônio Cultural. Em 2011 (exercício 2012) foram pontuados 82% dos 853 municípios mineiros.

A década de 2000 foi marcada pelo registro, aplicado ao patrimônio imaterial. Em abril de 2002, o Decreto estadual 42.505 instituiu as formas de Registros de

Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível e criou quatro livros diferenciados para registro: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. Quatro meses depois, foi realizado o primeiro registro pelo Iepha, o Modo de Fazer Artesanal do Queijo do Serro, no Livro dos Saberes. Atualmente está em fase final para registro a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Chapada do Norte.

Em 2003, foi lançado o Circuito Cultural Praça da Liberdade, ficando o Iepha com a coordenação da restauração do conjunto. Em 2007, teve início a alteração da estrutura orgânica do Iepha/MG pela Lei Delegada 149/2007, que criou novas diretorias e gerências, determinando um amplo trabalho de redefinição das atribuições de cada setor e de sistematização dos processos técnicos e administrativos. Esse processo de reestruturação foi ampliado pelo Estatuto do Iepha/MG, aprovado pelo Decreto 44.780/2008. A nova legislação prevê, por exemplo, prioridade aos bens tombados pelo Estado no atendimento de demandas recebidas pelo instituto.

Colocando em prática os princípios da educação patrimonial e acreditando na importância da ampla participação das comunidades nas ações de preservação da memória, a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, iniciada em 2009 – e já na sua terceira edição –, tem a proposta de levar as comunidades mineiras a perceberem de modo diferente suas cidades, lugares, manifestações e produções. Em seu primeiro ano, foram cerca de 560 proponentes de 400 municípios, com mais de 1500 atrações que aconteceram nas mais diversas regiões de Minas Gerais.

Pela iniciativa, o Iepha/MG foi agraciado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria divulgação, e com o prêmio “Amigos do Patrimônio Cultural de Barbacena, uma iniciativa da Fundação Municipal de Cultura, Escola de Educação Patrimonial de Barbacena e Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico, com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Barbacena.

A atual gestão, tendo à frente Fernando Cabral, foca na interiorização das ações desenvolvidas, na educação patrimonial e na aproximação da instituição com a sociedade. Em julho, o governador Antônio Anastasia, lançou o programa Minas Patrimônio Vivo, um dos mais completos programas de proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais que, até 2014, investirá R\$ 32,8 milhões na recuperação de igrejas, casarões, fazendas e prédios tombados pelo Iepha/MG em todas as regiões do Estado.

Atualmente, o Iepha/MG possui 134 bens tombados e um registrado. Conta com 150 servidores (incluindo os trabalhadores mirins da Assprom e os funcionários da MGS).



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Iepha/MG – Belo Horizonte

No mês em que o Iepha completa 40 anos, o Pequeno Olhar volta-se para um espaço marcante para a Instituição. O destaque desse mês está no portão do hall de entrada da atual sede do Iepha, na Praça da Liberdade.

O Prédio Verde, como é conhecido, abrigou originalmente a Secretaria de Agricultura e depois a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Foi construído entre os anos de 1895/97 pela Comissão Construtora da Nova Capital, com projeto do arquiteto José de Magalhães e decoração do pintor Frederico Antônio Steckel.

Segundo Renato César de Souza, diretor de Conservação e Restauração do Iepha, o que chama mais atenção no portão é a proliferação da rosa, uma das flores que mais significado simbólico possui na cultura ocidental. Consagrada a deusas da mitologia, entre elas Afrodite e Vênus (deusas grega e romana do amor), no cristianismo foi adotada como o símbolo da Virgem Maria, também associada ao culto da deusa e da grande mãe. Na Antiguidade passou-se a colocar rosas sobre túmulos, na cerimônia conhecida como "Rosália", no mês de maio, que no cristianismo viria a ser dedicado a Maria.



No portão da antiga Secretaria de Agricultura a rosa pode simbolizar uma alusão à deusa da agricultura, chamada de Ceres na mitologia romana (equivalente à deusa grega, Deméter). A veneração de Ceres ficou associada às classes que dominavam o comércio de cereais. Além das rosas presentes em seu portão, podem-se ver, em todo o edifício da antiga Secretaria de Agricultura, outras alusões ao sagrado feminino da terra, com seus frutos de amor à humanidade. "Outra curiosidade é a aproximação formal do monograma presente no mesmo portão, (composto pelas letras M e G, de Minas Gerais) ao monograma da Virgem Maria, traçado com as letras A e M superpostas (de Ave Maria)", destaca Renato.

Capacitação para resgate de antigos ofícios



Dentro de seu amplo leque de atuação, o Iepha se preocupa em oferecer cursos de capacitação para possibilitar o resgate e a manutenção de antigos ofícios, fundamentais para a preservação das antigas edificações.

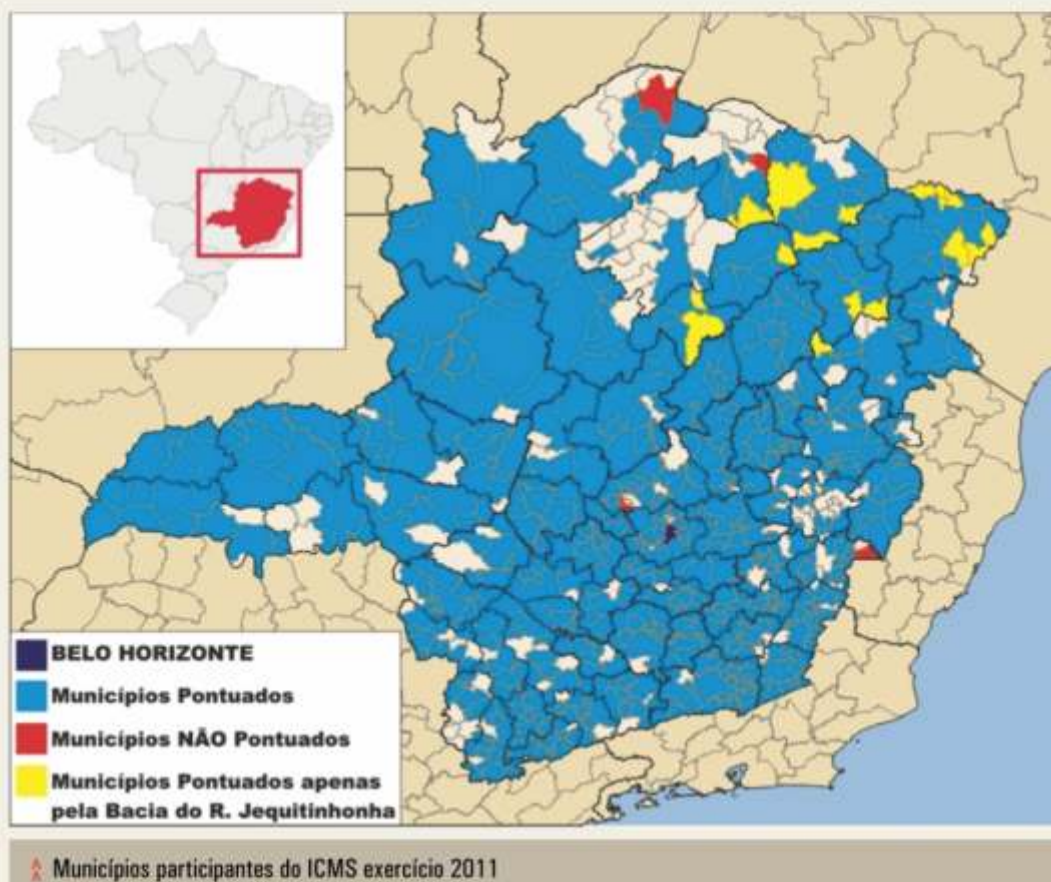
Exemplo é o curso *Arquitetura de Terra: resgate de técnicas tradicionais de construção*, organizado pela Diretoria de Conservação e Restauro do Iepha/MG, em dois módulos nos meses de abril e maio de 2009. O objetivo foi capacitar profissionais para o cuidado específico na restauração de imóveis históricos, garantindo que os bens possam ser preservados sem que haja descaracterização.

Pitangui foi o município escolhido para a primeira edição do curso, já que na época foi identificada uma carência expressiva de mão-de-obra qualificada no município. Considerada sétima vila de Minas Gerais, Pitangui possui um conjunto histórico bastante rico e heterogêneo, que reúne construções dos séculos 17, 18 e 19.

Também merece destaque o Curso de Calceteiros, que trouxe a Belo Horizonte, neste mês de setembro, mestres portugueses e cariocas, especialistas na arte das calçadas portuguesas, verdadeiros tapetes feitos em pedra. Realizado pelo Iepha, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho, Prefeitura de Belo Horizonte e IAB-MG, o curso proporcionou aos participantes o conhecimento das técnicas dessa arte decorativa.

Além de aulas teóricas, os alunos vivenciaram os conhecimentos, trabalhando na recuperação da calçada em frente ao Arquivo Público Mineiro, na Avenida João Pinheiro. Ao final do curso, os novos calceteiros encontram-se preparados tanto para confecção quanto recuperação das calçadas portuguesas, mantendo vivo esse ofício vindo de Portugal.

Programas, projetos e ações marcam a trajetória do Iepha



Pesquisas, ações de preservação, restauração, revitalização, promoção e gestão do patrimônio cultural são alguns dos elementos – chave nas dezenas de projetos desenvolvidos pelo Iepha nesses 40 anos de sua história. Os exemplos são muitos, desde a análise da documentação enviada pelos municípios, para ter direito ao repasse do ICMS Patrimônio Cultural, à segurança dos acervos. Confira alguns dos principais programas desenvolvidos pelo Iepha.

Programa de Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG): Iniciado, de forma pioneira, em meados da década de 1980, o IPAC/MG é uma importante medida administrativa de proteção do patrimônio cultural. Atividade sistemática de pesquisa, identificação e documentação de bens culturais de natureza material e imaterial forma um grande levantamento do patrimônio mineiro, integralmente disponível para consulta pública no site do Iepha.

Programa de Apoio à Identificação e Restituição de Bens Culturais Desaparecidos: Em parceria com outras instituições públicas, o Iepha busca localizar e devolver ao local de procedência o patrimônio cultural mineiro que tenha sido objeto de apropriação indevida, roubo, furto, tráfico ilícito ou de exportação. Para isso, mantém cadastro atualizado de bens culturais desaparecidos no estado, tomando as medidas ao seu alcance para sua identificação e restituição.

Programa de Restauração de Acervos e Ateliê Vitrine: O Programa de Restauração de Acervos tem a proposta de identificar e recuperar bens de forte significado para as comunidades às quais pertencem. Durante o processo de restauração, a população pode acompanhar os trabalhos realizados no Ateliê Vitrine, com visitas ao Iepha ou pelo blog Restauração Ateliê, onde fotos e textos explicativos postados periodicamente permitem o acompanhamento do trabalho passo a passo.

Programas InVista e Minas para Sempre: A partir da periódica avaliação de conservação e segurança feitas pelas vistorias do InVista em todos dos bens tombados pelo Iepha, o Minas Para Sempre norteia a instalação de avançados sistemas de alarme em dezenas de igrejas, visando à proteção de seu acervo.

Programa de Orientação e Fiscalização: Criado em 2008, visa ao acompanhamento do estado de conservação dos bens tombados em nível municipal apresentados para o ICMS Cultural e o esclarecimento de dúvidas dos gestores municipais quanto à elaboração e organização de documentos técnicos e sua disponibilização para consulta da população.

ICMS Patrimônio Cultural - A legislação brasileira determina que 25% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelo Estado sejam repassados aos municípios. Em Minas Gerais, a legislação inclui, entre os critérios para distribuição do imposto, os investimentos realizados na preservação do patrimônio cultural. A lei de ICMS Cultural, criada em 1995, é um incentivo para que os municípios adotem ações para proteção e preservação do patrimônio histórico. Os valores do repasse podem garantir ao município uma verba extra para ajudar no orçamento das prefeituras, sendo que pelo menos 50% do repasse devem ser investidos em patrimônio.

Programa de Educação Patrimonial: Além de orientar, incentivar e pontuar projetos de educação patrimonial desenvolvidos pelos municípios mineiros via ICMS Patrimônio Cultural, o Iepha também desenvolve ações específicas em diversos pontos do Estado. Cursos, seminários e oficinas fazem parte da ação de formação e capacitação de representantes da sociedade civil, instituições e órgãos públicos locais para envolvimento das comunidades na proteção de seu patrimônio.

Jornada Mineira do Patrimônio Cultural: Iniciada em 2009, dentro das comemorações do Ano da França no Brasil, a Jornada chega à sua terceira edição com mais de 1100 eventos mobilizando a população de 567 municípios do estado. Grande celebração do patrimônio mineiro, o evento acontece sempre durante todo o mês de setembro a partir de um grande trabalho de articulação e divulgação realizado pelo Iepha.

Guia de Bens Tombados – Projeto que envolve todos os setores do Instituto, a publicação é resultado de 40 anos de pesquisa histórica e bibliográfica sobre o patrimônio cultural de Minas. Como produto deste trabalho, o Iepha reuniu este acervo, em formato de coleção de fascículos, no Guia de Bens Tombados que será lançado ainda este ano.

Modo de Fazer do Queijo do Serro: registro completa uma década em 2012



Em agosto de 2002, o Iepha registrou no Livro dos Saberes o Modo de Fazer Queijo Artesanal da Região do Serro. Primeiro bem cultural imaterial registrado pelo Instituto, sua preservação está ligada à prática do ofício e não ao produto em si. No inventário feito, buscou-se caracterizar, principalmente, as especificidades do processo e o que o torna tão especial.

O gerente de Patrimônio Imaterial, Luis Gustavo Molinari, explica que se trata de um saber que, embora trazido de Portugal no século 18, foi adaptado e reapropriado em território mineiro e, com isso, ganhou no Serro alguns detalhes muito específicos. "Como todo bem imaterial, o modo de fazer queijo do Serro tem um significado a partir de suas relações com o lugar, com a identidade e a tradição deste povo e tem de ser reconhecido a partir da própria manifestação cultural".

Todo registro precisa ser revalidado a cada 10 anos, visto que, diferentemente do patrimônio edificado, o bem imaterial é algo muito vivo e dinâmico. Uma manifestação cultural, ainda que registrada, pode ter adaptações, modificações e mudanças, já que a proteção não se presta a engessar esse processo natural. O registro apenas perde sentido e validade pela descaracterização da motivação fundamental da proteção – o diferencial do bem –, ou então pela falta de interesse da própria comunidade envolvida em mantê-lo.

No próximo ano, o registro do modo de fazer do queijo do Serro completa uma década, e todo o material para que seja reinventariado já está sendo preparado por técnicos do Iepha. Nos próximos meses, serão realizadas novas conversas e gravações, e será elaborado um relatório final para encaminhamento ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep); que definirá sobre a continuidade ou não do registro. "Este novo estudo servirá como comparativo sobre o que mudou nesses dez anos. Além disso, será construído, junto aos produtores e a comunidade envolvida, um plano de salvaguarda, definido demandas, projetos e ações a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazo para a preservação e a promoção do saber", explica o gerente de Patrimônio Imaterial.

Está também em curso a finalização do inventário da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte. O estudo será apresentado ainda este ano ao Conep para deliberação quanto ao registro. Outros estudos de manifestações culturais serão iniciados no ano que vem, buscando ampliar a salvaguarda de importantes bens imateriais de Minas Gerais.



Arquivo Iepha/MG

Bens Culturais Imateriais: tombamento ou registro?

Criado em 1937, o tombamento é um meio de preservar prédios e monumentos históricos. Desde 2000, no entanto, existe também o chamado registro, aplicado ao patrimônio imaterial, que pode ser compreendido como "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural", conforme determina a Unesco. Embora equivalente ao tombamento, seu objetivo é preservar e valorizar o conhecimento e as ações do homem e, assim, também valorizar as pessoas que os praticam.

Em abril de 2002, o Decreto 42.505, do governo estadual, instituiu as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível e criou quatro livros diferenciados para o registro: Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e Livro de Registro dos Lugares, tais como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.



Palácio da Liberdade – Belo Horizonte



Por sua história e suas tradições, por sua construção e sua decoração, o Palácio da Liberdade, antiga sede do Governo do Estado, um dos principais cartões postais de Belo Horizonte e o primeiro bem tombado pelo Iepha, é um marco da história republicana de Minas e do Brasil.

O lançamento de sua pedra fundamental foi em 7 de setembro de 1895 e, 79 dias depois, em 25 de novembro suas obras começaram. Com projeto do engenheiro-arquiteto pernambucano José de Magalhães, a construção foi inaugurada em 1897. O local foi escolhido pela Comissão Construtora da Nova Capital por ser, na época, o ponto mais alto da cidade. Atendendo ao requinte do projeto, grande parte dos materiais usados na construção do Palácio foi importada da Europa. O restante veio do Rio de Janeiro e, de Minas Gerais, somente os tijolos, as pedras e a cal.

Obra-prima de grande destaque no interior do prédio é a escadaria metálica em estilo art-nouveau. Minuciosamente trabalhada em ferro batido com ornamentação em motivos florais, foi totalmente produzida, utilizando o sistema desmontável Joly, considerado um grande avanço tecnológico na época.

O Palácio da Liberdade tornou-se o novo centro do governo mineiro, além de servir de moradia aos governadores e suas famílias. Chrispim Jacques Bias Fortes foi o primeiro governador a ocupá-lo, ainda em 1897 com as obras em andamento. Teve ainda como moradores os ilustres ex-governadores e ex-presidentes da República Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, assim como as presenças marcantes de Benedito Valadares e Milton Campos.

Em seus 113 anos, o Palácio abrigou um total de 37 governadores, sendo que quatro deles ocuparam o cargo em mais de um momento. O personagem que se manteve por mais tempo à frente do governo mineiro foi o interventor federal Benedito Valadares, que ficou 12 anos no posto (de 15 de dezembro de 1933 a 4 de novembro de 1945). Recorde de menor tempo para o também interventor federal Noraldino Lima, que governou Minas por pouco mais que um mês (de 17 de novembro a 20 de dezembro de 1946). O edifício de três pavimentos tornou-se símbolo da redemocratização do país quando, em 1983, Tancredo Neves proferiu, da sua sacada, o memorável discurso como primeiro governador eleito pelo voto popular, depois de 20 anos sem eleições diretas.

Em 1920, durante o governo de Arthur Bernardes, o Palácio passou por uma reforma para melhor receber os reis belgas em visita a Belo Horizonte. Os trabalhos realizados consistiram principalmente em mudanças na decoração, predominando o estilo Luís XVI. Em 1958, a pedido da esposa do governador José Francisco Bias Fortes, foi construída a Capela de Santana nos jardins do



Palácio. Em 1968 foram colocadas grades na frente e nas laterais do edifício e holofotes no jardim.

O último e mais completo processo de restauração, supervisionado pelo Iepha, começou em 2004 e foi concluído em 2006. A restauração da cobertura, estrutura complexa de madeira e metal, com claraboia de vidro, foi de grande importância, por sanar graves problemas de infiltrações que prejudicavam o prédio e seu acervo artístico.

A maior revelação da obra foi, sem dúvida, o resgate da ambiência do pátio central, espaço contíguo ao hall da escadaria, ocupado há décadas por instalações sanitárias e depósitos. A liberação do ambiente permitiu a recuperação da luminosidade natural na área central da edificação, valorizou as circulações e fluxos e descobriu elementos artísticos até então esquecidos. Durante o ano de 2006 e 2007 foram restaurados os bens móveis: lustres, mobiliário e tapeçaria.

O Palácio foi tombado pelo Iepha, por meio do Decreto nº 16.956, em 27 de janeiro de 1975, garantindo a preservação integral do monumento, e pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, em 10 de novembro de 1994.

Uma história vista de dentro



Fotos: Arquivo lepha/MG

✶ A frase “Quando a minha história conta a história de todos” – tema da 3ª Jornada Mineira de Patrimônio Cultural, que acontece este mês – parece ter sido feita para o engenheiro Fernando de Castro Veado, quando o assunto são os 40 anos do lepha. Mais antigo servidor ainda na casa, ele aqui representa cada funcionário que já passou pelo Instituto nestas quatro décadas e reconta essa história sob um ponto de vista muito especial.

“A história da minha vida é a história do lepha; uma história maravilhosa. Para mim, é impossível saber onde começa uma e acaba a outra. Entrei para o lepha como auxiliar de escritório, em junho de 1974, no dia em que eu completava 21 anos. Fui o 12º funcionário registrado desde sua fundação, três anos antes. Não imaginava que ainda ia me apaixonar, me casar e ter filhos com a 13ª funcionária, contratada 15 minutos depois de mim.

Naquela época, éramos uma equipe pequena, sem sede própria ou setores, um órgão mais administrativo do que técnico, com apenas um engenheiro e uma arquiteta. Era um momento muito difícil, com todo tipo de complicações para desenvolvermos o trabalho. Não tínhamos referências e parâmetros, ou alguém

que nos ensinasse. Até meados dos anos 80, o lepha sobreviveu mais graças aos funcionários, apaixonados pelo trabalho e que vestiram a camisa a qualquer custo. Formamos uma família unida.

Aprendemos sozinhos, com erros e acertos, o que era o trabalho de preservação, o que era patrimônio e como agir em cada situação. E então ensinamos. O que balizava o lepha era exatamente a preocupação em ensinar tudo o que sabíamos nas comunidades, paróquias e associações nos municípios. Com centenas de cidades e um patrimônio absurdamente grande, nosso reduzido corpo técnico entendeu que a única forma de chegarmos a todos os pontos de Minas era difundindo diretrizes, parâmetros e conhecimento – o saber fazer.

Ao longo dos anos, tivemos épocas muito boas e momentos difíceis, governos mais ou menos interessados em patrimônio, falta de investimentos e políticas estaduais direcionadas nesta ou naquela direção. E crescemos muito. Agora, às vésperas de me aposentar, o que espero para o lepha para os próximos 40 anos é que ele se torne um órgão de excelência. Uma referência nacional, e até mesmo internacional. Que sua atuação seja plena em todos os 853 municípios do estado e que o nosso patrimônio cultural seja preservado e promovido com paixão todos os dias por todos nós mineiros”.